



Notas

¹ Martinho LUTERO, WA 10,3,61,cit. por V. VILNAY, Apostila mimeografada para uso interno dos alunos, Pontifício Ateneo Santo Anselmo, Roma, 1976, p. 15

² M. LUTERO, *Do cativoiro babilônico da Igreja*, Edit. Sinodal, São Leopoldo, 1982, p. 94

³ M. LUTERO, *Modo de confessar-se*, in "Obras selecionadas", Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1989, vol. 2, p. 64

⁴ M. LUTERO, *Do cativoiro babilônico da Igreja*, op. cit., p. 94

⁵ Id., *ibid.*, pp. 88-100

⁶ M. LUTERO, *Explicação do Debate sobre o valor das Indulgências*, in "Obras selecionadas", Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1987, vol. 1, pp. 63-64

⁷ Id. *ibid.*, p. 65-66

⁸ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., vol. 1, p. 405

⁹ M. LUTERO, *Uma breve instrução sobre como devemos confessar-nos*, op. cit., vol. 1, p. 234

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 77

¹¹ M. LUTERO, *Catecismo Menor*, in *Livro da Concórdia*, Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1983, p.377

¹² M. LUTERO, *Catecismo Maior*, in *Livro da Concórdia*, op. cit. p. 484-485

¹³ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., p. 408

¹⁴ M. LUTERO, *ibid.*, p. 408-409

¹⁵ M. LUTERO, *Do cativoiro babilônico da Igreja*, op. cit., p. 93

¹⁶ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit. p. 405

¹⁷ M. LUTERO, *ibid.*, p. 411

¹⁸ M. LUTERO, *Modo de confessar-se*, op. cit., p. 56-57

¹⁹ M. LUTERO, *Uma breve instrução sobre como devemos confessar-nos*, op. cit. p. 78

²⁰ M. LUTERO, *Do cativoiro babilônico da Igreja*, op. cit., p. 95

²¹ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., p. 406

²² M. LUTERO, *ibid.*, p. 408

²³ M. LUTERO, *ibid.*, p. 405

²⁴ Herald MALSCHITZKY, *A Confissão*, em AA.VV., *Proclamar Libertação*, suplemento 1, Ed. Sinodal, São Leopoldo, 1982, p. 210-14

Endereço do Autor:
Cúria Diocesana / Cx. Postal 726
89801-970 Chapecó SC

O artigo focaliza a dimensão social da Reconciliação. O autor sintetiza seu pensamento ao dizer que "não é suficiente reduzir o sacramento da Reconciliação ao perdão dos pecados pessoais", devendo ele estender-se também aos "pecados coletivos, os chamados pecados sociais, econômicos, políticos e culturais". Nesse sentido, o autor estuda os pontos seguintes: "Reconciliação e direitos do cidadão", "Reconciliação e Dívida Externa", e "Reconciliação e Ética cristã", lembrando, na conclusão, o "novo pacto social", proposto pelos nossos Bispos.

Reconciliação e Sociedade

Por uma Ética dos Direitos Econômicos

Pe. Vilmar Adelino Vicente

Doutor em Serviço Social, Professor e Diretor do Instituto Teológico de Santa Catarina.

Introdução

E stamos acostumados a delimitar a temática da Reconciliação no nível da pessoalidade (foro interno da consciência) e das relações familiares e comunitárias. A experiência paradigmática do Filho Pródigo, constitui, na verdade, a experiência de cada um de nós, homens e mulheres frágeis e pecadores, mas que carregamos em nosso seio um tesouro insondável de graça e misericórdia que recebemos do Pai Eterno.

Entretanto é no nível das mediações sacramentais que se pode interpelar: como levar a sociedade a fazer a experiência da Reconciliação nesta aurora do 3º milênio? Que contribuição pode oferecer a Igreja para a Reconciliação da sociedade brasileira que vive uma tragédia econômico-social sem precedentes na história? É possível uma efetiva Reconciliação da elite com o povo brasileiro, vítima de tantas violências nos seus direitos econômicos e sociais? O sacramento da Reconciliação teria uma abrangência societária levando pobres e ricos à construção de uma nação reconciliada com base na justiça social e na solidariedade, superando séculos de divisão e corrupção?

O sopro do Espírito, no alvorecer deste Novo Milênio, interpela a consciência de todos nós, fiéis e pastores! Não é suficiente reduzir o sacramento da Reconciliação ao perdão dos pecados pessoais, mas também dos pecados coletivos, dos chamados pecados sociais, econômicos, políticos e culturais.

É necessário que busquemos juntos a Reconciliação da sociedade que se diz cristã, superando todos os feitiços e idolatrias do nosso tempo, máxime a acumulação dos bens e a corrupção das instituições e dos valores da civilização cristã!

Deixemo-nos interpelar pela força do Espírito Santo, para que a eficácia do sangue redentor de Jesus nos lave de nossos pecados sociais e, experimentando a misericórdia do Pai, possamos construir uma sociedade reconciliada consigo mesma e com Deus!

1. Reconciliação e Direitos do Cidadão

A Igreja nos propôs nos últimos anos uma reflexão sobre os direitos

civis, direitos sociais e direitos econômicos. Uma pauta desafiante para quem deseja ser uma força evangelizadora dos povos pobres e ricos. De fato é impossível ser Boa Notícia sem defender o direito à vida humana, à liberdade da pessoa e à segurança e igualdade perante a lei. Sobretudo num país como o Brasil, que vive tantas formas de racismo e preconceito, onde a corrupção no poder judiciário se estampa freqüentemente nos jornais, onde a tortura policial se torna endêmica, onde as garantias individuais não são asseguradas, onde o poder econômico determina os critérios de justiça! Frente a esta realidade a Igreja precisa ser uma voz profética e instrumento de Reconciliação.

É também impossível falar em nome de Jesus sem defender os direitos sociais: educação e saúde para todos os brasileiros, acesso à informação sem censura, proteção ambiental e respeito à diversidade cultural, inclusive das minorias. Ora, numa nação com taxas escandalosas de analfabetismo, de exclusão social, de vergonhosa manipulação ideológica dos meios de comunicação social, de destruição caótica da natureza, de aviltamento da pluralidade cultural e de mercantilização da saúde num país de doentes, a Igreja se levanta como grito profético e força de reconciliação!

Neste ano do Pai, a Igreja quer ser arauto dos **Direitos Econômicos**: proclamando o trabalho, o emprego e os direitos trabalhistas como princípio de toda a segurança social; a terra como produtora de alimentos e sobrevivência dos mais pobres; a moradia digna para a família e a alimentação básica para todos os brasileiros. Numa hora em que vivemos a maior taxa de desemprego de nossa história; em que direitos sociais são aviltados dia-a-dia pela lógica dos mecanismos jurídicos geridos pelo estado neo-liberal; em que 1000 crianças morrem de fome por dia e as taxas de subnutrição são alarmantes; onde há um déficit habitacional de 8 milhões de casas, e a terra continua concentrada nas mãos dos latifundiários, levando os pequenos proprietários ao desespero. Nesta conjuntura a Igreja tem que assumir um gesto profético, conscientizando e articulando iniciativas de Reconciliação nacional.

2. Reconciliação e Dívida Externa

A experiência coletiva, histórica e sacramental da Reconciliação nos países pobres passa, necessariamente, pela equação do problema da Dívida Externa. Eis uma grande mediação entre nações ricas e nações pobres: a Reconciliação entre credores e devedores, na solução da Dívida Externa que não pode ser eterna!

Afirmam os especialistas que a Dívida do Brasil com os Bancos



Internacionais chega a 235 bilhões de dólares! Isto tudo depois de mais de 3 décadas pagando aos países ricos aquilo que era essencial à vida nosso povo! Vivemos hoje uma situação dramática: já pagamos a dívida 3 vezes em juros, taxas, multas, correções e amortizações e ainda devemos mais do que pagamos! Por tudo isso a Dívida Externa é uma verdadeira transfusão de sangue do atropelado para o atropelante, ou seja, das nações pobres para as nações ricas.

Nesta conjuntura podemos nos perguntar:

a) Quem fez esta dívida?

Certamente não foram os pobres, mas a elite do Brasil articulada com os interesses da elite internacional (burguesia financeira).

b) Onde foi aplicado este dinheiro todo?

Evidentemente não foi investido em programas sociais de interesse popular, mas no fortalecimento do capital nacional e na infra-estrutura econômica, vale dizer ao interesse da elite nacional.

c) Quem tem interesse nesta Dívida Externa?

Obviamente os países centrais, detentores dos mercados de capitais, sobretudo das taxas de juros, e na transferência de lucros significativos dos países periféricos.

d) Que soluções podemos vislumbrar no horizonte?

No interesse dos ricos, a Dívida deve ser paga "custe o que custar", gerando uma nova forma de opressão internacional, um novo Egito e uma nova Babilônia: somos prisioneiros em nosso próprio país!

No interesse dos pobres, o perdão da Dívida Externa é viável! Basta lembrar que a Dívida Externa dos países ricos entre si é o dobro que a dos países pobres. Perdão aqui significa não esmola nem bondade ou filantropia. Significa o verdadeiro exercício de justiça social e solidariedade, convertendo a dívida externa em investimentos sociais nos países endividados. Enfim, a vida de um povo pobre é mais importante que o dinheiro acumulado nos Bancos dos ricos. Afinal, a economia deve estar a serviço da vida e da solidariedade!

e) Quais as conseqüências da Dívida Externa no caso brasileiro?

Não resta a menor dúvida de que a Dívida Externa é uma violência contra todo o povo brasileiro. Basta lembrar que o Banco Mundial afirma que com 4 bilhões de dólares poderíamos tirar 32 milhões de brasileiros da miséria absoluta. Bastaria fazer um exercício de imaginação e elaborar uma



agenda positiva:

1. Que não daria para fazer com os 27 bilhões de dólares pagos nos últimos 4 anos?
2. Que investimentos fantásticos não poderíamos fazer com 235 bilhões de dólares que devemos ainda? Que país espetacular poderíamos construir?!

Enquanto isso não acontece, as conseqüências da Dívida Externa para os brasileiros são:

- sofrimento e a morte de milhares de crianças! Estima-se mais de mil crianças por dia morrendo, tendo no atestado de óbito o laudo: fome ou subnutrição;
- trabalho por vezes brutal e desumano, de crianças e adolescentes;
- A desesperança da juventude que, sem educação e sem futuro, cai na droga, na violência e na promiscuidade;
- desemprego com as taxas mais altas da nossa história (20%), atingindo adultos com salários cada vez mais baixos e sindicatos impotentes;
- A tristeza dos idosos e aposentados que, diante do caos nos programas públicos de saúde, caem nas armadilhas da saúde mercantilizada, além das ameaças de colapso do sistema previdenciário;
- E o que dizer dos migrantes, deficientes, sem terra, índios, negros e excluídos em geral?!

Diante desse quadro dramático, como é possível fazer experiência da verdadeira Reconciliação do povo brasileiro com o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, fonte de toda a misericórdia e Reconciliação? Como corresponder aos gritos indescritíveis do Espírito Santo que deseja a reconciliação de todos os batizados no sangue redentor de Cristo? Como efetivar a graça da Reconciliação em nível societário? Eis o nosso desafio como cristãos!

3. Reconciliação e Ética Cristã

O Banco Mundial situa o Brasil como uma das piores distribuições de renda do mundo. Nosso coeficiente de GINI (relação entre geração de renda e distribuição por segmentos da população) é um dos mais escandalosos! Deixamos para trás apenas países como Honduras e Serra Leoa. Nosso coeficiente de GINI é de 57%, ou o antepenúltimo do globo, exatamente devido à sangria de nossas riquezas, que não são partilhadas pelos brasileiros que as geram, mas ficam concentradas nas mãos de uma elite detentora de mais de 50% de nossa produção. E o que dizer da sangria dos quase 10 bilhões de dólares anuais remetidos aos Bancos Internacionais como serviço



da Dívida Externa?!

Que suporte ético têm as políticas públicas estribadas em tal procedimento?

Como se pode rezar o Pai-Nosso de forma coerente e fiel à tradição cristã, se os pobres são tão excluídos e os ricos tão privilegiados? Como dizer Pai-Nosso de modo não idolátrico? Como rezar *“perdoai as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”* (Mt 6,12) diante de uma Dívida Externa tão genocida?

O legado bíblico nos assinala algumas pistas indicativas substanciais que interpelam a consciência ética de credores e devedores:

a) A experiência de Reconciliação é liderada por Moisés: *“Eu vi muito bem a miséria do meu povo. Ouvi o seu clamor contra os seus opressores e conheço os seus sofrimentos. Por isso desci para libertá-lo!”* (Ex. 3,7-8)

b) A experiência de reconciliação e libertação é protagonizada pelo Povo de Deus: *“Eis o que significa a remissão: todo credor que tenha emprestado alguma coisa a seu próximo, perdoará o que havia emprestado. Não explorarás o teu próximo nem teu irmão, mas deixarás quitado o que havias emprestado ao teu irmão, em honra do Senhor”* (Dt 15,1-3).

c) A experiência ética de Reconciliação é proclamada pelos profetas: *“O jejum que eu quero é este: acabar com as prisões injustas, desfazer as correntes do jugo, pôr em liberdade os oprimidos e despedaçar qualquer jugo, repartir a comida com quem passa fome, hospedar em sua casa os pobres e sem abrigo, vestir aquele que se encontra nu e não se fechar à sua própria gente”.* (Is 58, 6-7)

d) O desafio de Jesus por uma Reconciliação Social: *“Estive com fome e me destes de comer! Estive com sede e me destes de beber! Era estrangeiro e me recebestes em vossa casa! Eu estava sem roupa e me vestistes! Eu estava doente e cuidastes de mim! Eu estava em prisão e me fostes visitar!”* (Mt 25,35-36)

e) A opção exigida por Jesus: *“Ninguém pode servir a dois senhores, a Deus e ao dinheiro!”* (Mt 6, 24)

Não resta a menor dúvida de que o sistema sacrificial montado pela nossa sociedade capitalista é absolutamente incompatível com a tradição



cristã. A cena hodierna do sacrifício de multidões de seres humanos para beneficiar instituições financeiras, muitas delas legitimadas pelo aval religioso, evoca a figura de Bartolomeu de Las Casas que sentencia, baseado no Eclesiástico 34,20 *“Como quem imola o filho na presença do próprio pai, assim é aquele que oferece sacrifícios com os bens dos pobres”.*

Daí que uma experiência de Reconciliação social em nível nacional (brasileiro) ou continental (latino-americano) e mesmo hemisférico (terceiro mundista) supõe a superação da corrupção das elites, da concentração dos bens universais, da privatização do público, e a efetivação do perdão da Dívida Externa, preconizada pelo movimento internacional cujo lema é: *“Está na hora de rasgar a promissória da Dívida Externa!”*

Este resultado não pode resultar de violências unilaterais, mas de medidas de Reconciliação entre pobres e ricos, orientados pelo princípio da Misericórdia Divina, fonte de toda Justiça Social e da Sociedade Universal, tal como a preconiza Jesus: *“Eu quero a misericórdia e não o sacrifício”.* (Mt 12,7) Mais belo ainda no contexto deste ano: *“Sede misericordiosos, como vosso Pai do céu é misericordioso!”* (Lc 6,36). Todavia, aos que não quiserem ingressar no processo de conversão pela via da positividade (Reconciliação como fruto da misericórdia), Jesus adverte: *“Se a vossa justiça não for maior que a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus!”* (Mt 5, 20).

Não podemos mais conviver num mundo dividido, marcado pela segregação, discriminação e exclusão social, determinada por instituições financeiras, sobretudo quando a maioria dos seus protagonistas são cristãos! Não é possível aceitar a realidade do desemprego estrutural que atinge milhões de pessoas no mundo (8 milhões no Brasil e 30 milhões na América Latina).

Se é pelos frutos que se conhece a árvore (Mt 12,33), é preciso denunciar a árvore de nossas elites que geram frutos tão amargos como a miséria, a exclusão e a morte; a árvore do mercado de capitais, tão genocida; a árvore do neo-liberalismo, tão sacrificial; a árvore dos governantes que não se sensibilizam com a miséria e a dor do povo, que parece *“ovelhas sem pastor!”* (Mt 15, 32)

É o próprio Papa João Paulo II que interpela a nossa consciência ética, a partir de Havana em 1998, afirmando que ressurge em vários lugares uma forma de neo-liberalismo capitalista que subordina a pessoa humana e condiciona o desenvolvimento dos povos às forças cegas do mercado. Assiste-se no concerto das nações ao enriquecimento crescente de poucos



às custas do empobrecimento crescente de muitos.

Alias, o mesmo Papa João Paulo II, em visita à Índia, elenca e denuncia os *sete pecados sociais* da humanidade, profeticamente proclamados por Gandhi e registrados na sua Lápide em Nova Delhi: Política sem princípio; riqueza sem trabalho; prazer sem consciência; conhecimento sem caráter; economia sem ética; ciência sem humanidade; religião sem sacrifício. É como se quisesse propugnar uma nova sociedade com base numa nova ética da Reconciliação das nações e de toda a humanidade, cujo princípios seriam: política com princípios éticos e não como instrumento de dominação; riqueza como fruto de trabalho e não da especulação e corrupção; prazer com base na consciência dos valores absolutos da vida e da dignidade do ser humano; economia cujo critério maior não seja a eficiência e o lucro mas a justiça social; ciência em favor da qualidade máxima da vida e do eco-sistema social, sobretudo dos empobrecidos; religião com base na renúncia do luxo e do supérfluo, cujo escopo maior seja a construção da igualdade social e da solidariedade humana.

Conclusão e Proposição

Como já nos indicava o Documento de Puebla, de 1979, não podemos mais pactuar com uma sociedade marcada pela exclusão estrutural, cujas “feições” da miséria e exclusão de crianças, jovens, indígenas, negros, camponeses, operários, subempregados e desempregados, mendigos, anciãos, são ali candentemente descritas por nossos Bispos.

Evidentemente, estas “feições” não decorrem de uma lei natural, nem simplesmente de condicionamentos históricos, mas a realidade brasileira e latino-americana tem muito a ver com o perfil histórico de nossas elites e sua opções hodiernas. Nossa elite está empregnada da lógica especulativa da acumulação e do enriquecimento, mesmo que isso custe a prática sistemática da injustiça e da exploração dos pobres e trabalhadores. Criou-se uma verdadeira cultura da iniquidade que tudo justifica em nome do capital: desemprego, baixíssimos salários, miséria social, dominação política e manipulação ideológica. O império do dinheiro pretende tudo justificar!

É diante desse quadro que precisamos buscar a Reconciliação do povo com as nossas elites. E isso passa evidentemente pela mediação dos *direitos econômicos*, como decorrência da grande reconciliação que nós cristãos devemos empreender em nome da fé! A Reconciliação atinge toda a vida humana e todos os segmentos da sociedade. Por isso podemos falar, além da reconciliação espiritual, sem dúvida a mais profunda e mística, também



da reconciliação econômica e social como verdadeira opção evangélica pelos pobres.

Essa Reconciliação consiste numa “guerra contra a corrupção, e na conquista do salário justo. É a prática da reforma agrária, a luta contra o desemprego, a conquista do perdão da dívida externa e das dívidas sociais” (Dom Orlando Brandes - Bispo de Joinville).

A “reconciliação econômica” protesta contra o sistema neoliberal concentrador de renda e promotor de exclusão e ao mesmo tempo requer o esforço para implantar no mundo o reino de Deus, a solidariedade globalizada, a partilha dos bens. Uma sociedade reconciliada fundamenta-se no princípio da justiça, da liberdade, da verdade e do amor. Eis o caminho da reconciliação econômica para superar “os pecados sociais que clamam ao céu” (Papa João Paulo II): o comércio de drogas, a corrupção, o terror da violência, o racismo, a corrida armamentista e a destruição da natureza.”

Essa Reconciliação Social passa pela efetividade de um novo pacto social, definido pela CNBB na Carta ao Povo Brasileiro, onde é preconizada uma pauta de compromissos:

- 1) *com a vida* – denunciando o neoliberalismo e sua máquina de exploração;
- 2) *com a verdade* – preconizando a democratização dos meios de comunicação social;
- 3) *com a organização popular* – defendendo os direitos legítimos do povo, sobretudo dos mais pobres, negros e índios;
- 4) *com a democracia* – reivindicando um Estado comprometido com o exercício da plena cidadania;
- 5) *com um novo projeto de sociedade* – lutando pela instalação de uma nova ordem econômico-social, política e cultural, que defenda a vida do povo;
- 6) *com a educação* – assegurando a todo cidadão o direito sagrado de acesso à escola como bem universal;
- 7) *com o direito ao trabalho* – defendendo o direito de todos ao emprego com formas alternativas de trabalho;
- 8) *com o cancelamento da Dívida Externa* - que significa tantas expressões de morte e injustiça para milhões de seres humanos;
- 9) *com uma Nova Ordem Internacional* – preconizando que a globalização financeira corresponda também à globalização solidária e ecológica;
- 10) *com uma nova imposição ética* – que assegure a dignidade e a liberdade do povo em busca da plenitude de vida.



Eis, diante do Jubileu que se aproxima, alguns parâmetros de construção de uma sociedade Reconciliada! O desafio está colocado em nível teológico e pastoral.

Bibliografia Consultada:

ALMEIDA, Luciano Mendes. *Ética e Privatização da Vale do Rio Doce* – Comissão brasileira de Justiça e Paz – Brasília – 17/12/1996

ARQUIDIOCESE de Florianópolis – *Encontros para Grupos de Reflexão* – 1999

BRANDES, Dom Orlando. *João Paulo II e Gandhi*: Jornal A Notícia - março de 1997 - *Reconciliação Sim, Violência Não*: Jornal A Notícia – Junho de 1999

BESEN, J. Artulino – *Jornal da Arquidiocese, Editorial* – maio de 1998

CELAM – Documento de Puebla, 1979

CEPAT - Informa. *O Imperialismo do Dinheiro* - Ano 5 nº 50 – Curitiba – 12/05/1999

CNBB - *Carta ao Povo Brasileiro* – Itaicí, SP 04 – 08 de agosto de 1998
_____ - *Conjuntura Social e Descentralização Eclesial* – Boletim nº 431

BETTO, Frei – *O Gosto Amargo do Sal* – Folha de São Paulo – 9/05/1999

ISTO É - Revista, Senhor – *Miséria x Democracia* – 29/08/1990

STÉDILE, João Pedro, et MELLO, José Albino; *Dívida Externa e Governo em Julgamento* – Folha de São Paulo – 9/05/1999.

Endereço do Autor:

ITESC
Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis SC

“Dentro da “dimensão social” do Jubileu, o autor convida a refletir sobre a realidade, ou seja, o “mistério” da Reconciliação. “Não tanto sobre a sua estupenda realidade teológica, incomparavelmente proclamada pelo apóstolo Paulo, p. ex. na 2Cor 5,17-21, mas sobre a sua frágil realidade interumana, num mundo tão conflitivo e entre pessoas tão divididas como no nosso tempo”. Ora, como a reconciliação não acontece sem o perdão, e o perdão de certo modo absorve as exigências da justiça, é preciso também focalizar uma e outro: como conciliar perdão e justiça, para se chegar à reconciliação? Daí o tríptico título: Reconciliação, Perdão e Justiça”.

Reconciliação, Perdão e Justiça

Pe. Ney Brasil Pereira

Mestre em Ciências Bíblicas e professor de Exegese no Instituto Teológico de Santa Catarina.